

Vista aérea do complexo de LNG de Afungi, ora suspenso pela TotalEnergies

Um ano depois do ataque brutal à vila de Palma: segurança continua crítica e ainda não há data para a retoma do projecto de gás da TotalEnergies

- Sem nenhuma referência por parte do Governo, Moçambique assinalou esta semana a passagem de um ano depois do ataque brutal à vila de Palma, no extremo norte de Cabo Delgado. Foi na tarde de 24 de Março de 2021, uma quarta-feira, que os extremistas violentos lançaram ataques coordenados e ocuparam a vila de Palma, situada a menos de 50 quilómetros de Afungi, local onde decorriam as obras do complexo industrial do projecto Mozambique LNG, liderado pela petrolífera francesa TotalEnergies.

- Esta semana, o Presidente da República anunciou que pediu apoio internacional para financiar as operações militares de combate ao extremismo violento em Cabo Delgado, avaliadas em 275 milhões de euros por ano. Ruanda também pediu apoio da União Europeia para financiar as operações das suas tropas em Cabo Delgado. A informação foi revelada ontem pelo Alto-Comissário do Ruanda em Moçambique, Claude Nikobisanzwe, que acrescentou que as tropas ruandesas continuarão no terreno até que a situação esteja controlada.



O Hotel Amarula foi um dos locais onde muitos civis foram mortos durante o ataque à vila de Palma

O ataque à vila de Palma foi dos mais violentos desde o início do extremismo violento em Outubro de 2017 e aquele que atraiu a atenção do mundo, com várias cadeias internacionais de informação a reportar o sucedido. Até aqui nunca foram apurados os números de vítimas humanas, mas estimativas apontam para dezenas de civis mortos, entre nacionais e estrangeiros que trabalhavam nas empresas subcontratadas para prestação de serviços e fornecimento de bens no projecto de gás natural.

Várias infra-estruturas públicas e privadas foram destruídas; milhares de pessoas abandonaram as suas casas, agravando a crise humanitária em Cabo Delgado. Cerca de 25.000 pessoas procuraram refúgio em Afungi, onde funcionava o acampamento da TotalEnergies, e em Quitunda, concretamente na vila de reas-

sentamento. Eram os únicos locais seguros e protegidos pelas Forças de Defesa e Segurança mais próximos da vila de Palma.

Agências humanitárias, o Governo (através das Forças de Defesa e Segurança - FDS) e a própria TotalEnergies lideraram uma campanha de transporte de vítimas dos ataques para a cidade de Pemba. Sucede, porém, que todas as entidades envolvidas nessas operações privilegiaram os funcionários do Governo distrital, trabalhadores da TotalEnergies e de outras empresas ligadas aos projectos de gás natural e colaboradores das agências humanitárias das Nações Unidas.

A população local da vila de Palma que não tinha nenhuma ligação profissional com os projectos de gás natural teve que contar com as suas próprias forças para escapar do terror do inimigo. Foram dezenas de milhares de

peças que fugiram a pé e através de barcos para zonas relativamente seguras, deixando para trás seus meios de sobrevivência e outros bens adquiridos com muito sacrifício. Cinco dias depois do início dos ataques, a TotalEnergies colocou os seus meios aéreos e marítimos à disposição para ajudar no transporte da população local de Palma.

O ataque de 24 de Março aconteceu um dia depois do Governo e a TotalEnergies terem anunciado que os trabalhos no complexo de Afungi iriam retomar gradualmente em Abril, três meses depois de terem sido interrompidos devido às ameaças de segurança. Na altura, a petrolífera francesa tinha exigido às autoridades moçambicanas a definição e implementação de um plano de acção com o objectivo de reforçar a segurança num perímetro de 25 quilómetros do centro das operações

petrolíferas.

Em resposta, o Governo declarou a área do projecto Mozambique LNG como sendo uma zona de operação especial de segurança e reforçou as infra-estruturas de segurança e o contingente das FDS para garantir a retoma das obras de construção da fábrica de GNL e dos programas de desenvolvimento comunitário. Mas o ataque à vila de Palma forçou a TotalEnergies a anunciar, em Abril de 2021, a retirada de Afungi por “força maior”, interrompendo o maior investimento directo estrangeiro em África, avaliado em 23 mil milhões de dólares.

Pressionado e em risco de perder investimentos no sector de gás natural, o Governo abandonou a sua retórica contra a intervenção militar estrangeira em Cabo Delgado e desencadeou uma campanha de pedido de apoio externo para a luta contra o extremismo violento. Paralelamente, não renovou o contrato com o grupo DAG – empresa militar privada que operava em Cabo Delgado desde Abril de 2020.

No início de Julho de 2021, quando os moçambicanos aguardavam pela chegada das tropas da SADC, o Governo de Ruanda anunciava o destacamento de mil efectivos das Forças Armadas e da Polícia para Cabo Delgado. A intervenção militar do Ruanda foi fundamental na recuperação da estratégica vila municipal da Mocímboa da Praia, que era controlada pelos extremistas violentos depois do assalto de Agosto de 2020. As tropas ruandesas foram ainda decisivas na recuperação de várias aldeias dos distritos da Mocímboa da Praia e Palma; no resgate de civis e na destruição de bases dos extremistas violentos.

Apesar dos avanços significativos no terreno – que se traduzem na recuperação de vilas-sedes distritais, postos administrativos e aldeias pelas forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e da SADC, a segurança no norte de Cabo Delgado continua crítica. Os extremistas violentos têm lançado ataques esporádicos sobretudo nos distritos de Macomia e Ibo (concretamente na Ilha do Ibo), aumentando as dúvidas sobre a retoma do projecto de LNG em Afungi, cujo perímetro de segurança é actualmente garantido pelas tropas ruandesas.

Em finais de Janeiro, o Presidente da TotalEnergies, Patrick Pouyanné, mostrou-se confiante quanto à retoma do projecto Mozambique LNG, que se encontra suspenso há quase um ano. De visita a Moçambique, Patrick Pouyanné deixou claro que ainda não havia datas concretas para a retoma do projecto. “Estou optimista em poder voltar a Moçambique, mas da próxi-



ma vez não a Maputo. A minha próxima visita será a Palma, Mocímboa da Praia, em Mueda e quando vir que a vida está de volta à normalidade, o que significa reposição dos serviços estatais e da população, só aí o projecto poderá retomar. O meu objectivo continua a ser de retoma neste ano de 2022”, disse o representante máximo da TotalEnergies¹.

Há duas semanas, o Director da TotalEnergies em Moçambique, Maxime Rabilloud, na companhia do Governador de Cabo Delgado, Valige Tauabo, visitou o porto da Mocímboa da Praia para avaliar as condições daquela infra-estrutura a fim de decidir sobre o reinício das actividades de dragagem. O objectivo é permitir o acesso de navios de carga naquele porto para abastecer os distritos do norte de Cabo Delgado e, futuramente, o projecto de gás natural². O porto da Mocímboa da Praia, único no norte de Cabo Delgado, foi uma das infra-estruturas visadas pelos extremistas violentos durante os ataques armados de Agosto de 2020 que culminaram com a ocupação da vila municipal por um período de um ano.

Na semana passada, o Governo central reconheceu que ainda estavam criadas as condições para o retorno seguro das famílias deslocadas às suas zonas de origem. “Ainda persistem alguns preconceitos por parte dos funcionários públicos. Entendemos que há um trauma devido ao que passaram e reconhecemos a necessidade urgente de reabilitação de infra-estruturas e alocação de meios de trabalho, especialmente meios circulantes, incluindo ambulâncias”, disse Margarida Talapa, a Mi-

nistra que chefiou uma brigada do Conselho de Ministros que trabalhou no norte de Cabo Delgado³.

A governante confirmou que ainda não foi executada a movimentação da população da Mocímboa da Praia que se refugiou na península de Afungi, em Palma, devido à falta de condições para o efeito. Segundo escreve o jornal Carta de Moçambique⁴, Margarida Talapa referiu-se ainda à existência do que chamou de “falhas na consolidação de segurança nas zonas afectadas” pelo extremismo violento.

Esta semana, o Presidente da República anunciou que pediu apoio internacional para financiar as operações militares de combate ao extremismo violento em Cabo Delgado, avaliadas em 275 milhões de euros por ano. “Pedimos para que os nossos amigos nos possam ajudar, porque as operações que agora estão em curso [em Cabo Delgado] são muito, muito caras. São aproximadamente 275 milhões de euros por ano. Então, precisamos de apoios de todos aqueles que puderem, na dimensão que possam”, disse Filipe Nyusi⁵.

Moçambique precisa ainda de 290 milhões de euros para criar capacidade real de defesa de Moçambique, através da capacitação e reequipamento das tropas para que o País seja autónomo “para manter a paz” depois da retirada das forças estrangeiras do Ruanda e da SADC. Em Fevereiro último, Nyusi pediu apoio da União Europeia para financiar a intervenção militar do Ruanda e da SADC em Cabo Delgado. Este sábado, o Ruanda também

¹ <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20220201-mo%C3%A7ambique-presidente-da-total-confiante-quanto-%C3%A0-retoma-de-projectos-de-g%C3%A1s>

² <https://zitar.com/totalenergies-mozambique-head-visits-mocimboa-da-praia-port/>

³ <https://cartamz.com/index.php/politica/item/10202-ataques-em-cabo-delgado-governo-diz-ser-cedo-ainda-para-o-regresso-da-populacao-as-suas-aldeias>

⁴ <https://cartamz.com/index.php/politica/item/10202-ataques-em-cabo-delgado-governo-diz-ser-cedo-ainda-para-o-regresso-da-populacao-as-suas-aldeias>

⁵ <https://cartamz.com/index.php/politica/item/10271-combate-ao-terrorismo-em-cabo-delgados-nyusi-pede-apoio-de-275-milhoes-de-euros>

anunciou ter pedido apoio da União Europeia para financiar as operações das suas tropas em Cabo Delgado. A informação foi revelada pelo Alto-Comissário do Ruanda em Moçambique, Claude Nikobisanzwe, que acrescentou que as tropas ruandesas continuarão no terreno até que a situação esteja controlada⁷.

Entretanto, o facto de Moçambique não ter condenado a invasão da Ucrânia pelas tropas russas está a gerar algum esfriamento nas relações com o Ocidente, incluindo com a União Europeia. Era expectável que Moçambique, um Estado que defende o princípio da soberania nacional e o direito à autodeterminação dos

povos, condenasse a agressão russa da Ucrânia, bem a flagrante violação dos direitos humanos, sobretudo o direito à vida de milhares de civis ucranianos. O esfriamento das relações com o Ocidente pode afectar as promessas feitas pela União Europeia de apoio de combate ao extremismo violento em Cabo Delgado.


⁸ <https://www.opais.co.mz/terrorismo-em-cabo-delgado-ruanda-ja-pediu-apoio-financeiro-a-uniao-europeia/>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

